



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

11ª Câmara de Direito Criminal

Registro: 2022.0000652833

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2141543-88.2022.8.26.0000, da Comarca de Buritama, em que são impetrantes CAIO HENRIQUE HERMENEGILDO DE CASTRO e VICTOR HUGO CARDOSO DOS SANTOS e Paciente CAIO HENRIQUE GOULART DE SOUZA.

**ACORDAM**, em 11ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "**Denegaram a ordem. V. U.**", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores XAVIER DE SOUZA (Presidente sem voto), PAIVA COUTINHO E RENATO GENZANI FILHO.

São Paulo, 17 de agosto de 2022.

**TETSUZO NAMBA**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**11ª Câmara de Direito Criminal**

**VOTO Nº 8174**

***Habeas Corpus* nº 2141543-88.2022.8.26.0000**

**Comarca:** Buritama

**Impetrante:** doutor Victor Hugo Cardoso dos Santos e Caio Henrique Hermenegildo de Castro

**Paciente:** Caio Henrique Goulart de Souza

**Ementa**

1-) "**Habeas Corpus**", com pedido liminar. **Prisão preventiva decretada. Tráfico de drogas.**

2-) **Prisão preventiva. Matéria já analisada por esta C. Corte, no bojo do Habeas Corpus nº 2114083-29.2022.8.26.0000.**

3-) A r. decisão impugnada apresenta-se suficientemente motivada, pois ressaltou a necessidade da manutenção do encarceramento preventivo do paciente com base nas graves circunstâncias do caso concreto, as quais revelaram a existência de risco para a garantia da ordem pública e para conveniência da instrução criminal.

4-) Temas relacionados ao mérito da ação penal demandam análise detalhada de fatos e provas, incompatível com o rito especial e sumaríssimo do "**habeas corpus**".

5-) **Ordem denegada.**

**I - Relatório**

Trata-se de "**habeas corpus**", com pedido de liminar, impetrado em benefício de **Caio Henrique Goulart de Souza**, preso, desde 6.5.2022, em flagrante por suposta prática do delito de **tráfico ilícito de entorpecentes**.

Questiona-se decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva, sob o argumento de que ausente fundamentação adequada, pois amparada na gravidade abstrata do delito, bem assim que não se fazem presentes



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**11ª Câmara de Direito Criminal**

os pressupostos da medida extrema, previstos no artigo 312, "caput", do Código de Processo Penal, sobretudo se consideradas suas condições pessoais (primário e possuidor de bons antecedentes, residência fixa e emprego lícito). Aduz, ainda, que o paciente é arrimo de família, pai de uma criança menor de 12 anos de idade, que depende de seus cuidados. Outrossim, alega que, embora este Tribunal já tenha, anteriormente, analisado a matéria concernente a necessidade da prisão preventiva do paciente, diante do surgimento de fatos novos, é cabível a reanálise.

Requer, a revogação da prisão preventiva, subsidiariamente, mediante o cumprimento das medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 43/45). Houve pedido de reconsideração (fls. 56/58) tendo sido mantido o indeferimento do pedido liminar (fls. 316/319).

As informações requisitadas foram juntadas aos autos (fls. 321/323).

O parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça é pelo não conhecimento da ordem (fls. 326/327).

## **II – Fundamento**

A impetração merece ser denegada.

Inicialmente, cumpre consignar que, quando da decretação da prisão preventiva, tais requisitos já foram analisados no bojo do *Habeas Corpus* nº 2114083-29.2022.8.26.0000, também impetrado em favor da paciente, mesmo porque, por ocasião do julgamento respectivo, aos 10.6.2022, esta C. 11ª Câmara de Direito Criminal se pronunciou - à exaustão - sobre a imprescindibilidade da decretação da prisão processual, matéria que, como sabido, passa pela análise de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**11ª Câmara de Direito Criminal**

indícios de autoria e prova de materialidade da infração penal (cf. v. acórdão reproduzido por cópia a fls. 47/53).

Outrossim, *in casu*, a decisão que manteve a prisão preventiva do paciente (fls. 59/61) está fundamentada, tanto que manteve a prisão preventiva do paciente considerando as circunstâncias do caso concreto, mormente porque não houve qualquer alteração fática desde a decretação da prisão preventiva do paciente. Nesse passo, a concessão da tutela de urgência somente seria possível em situação excepcionalíssima, caso fosse verificada, de pronto, flagrante ilegalidade ou teratologia, o que não é o caso.

Destaca-se o seguinte trecho:

*"(...)As razões de fato e de direito que motivaram o decreto de prisão cautelar foram devidamente sopesadas no momento em que sobreveio a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva (...) E, finalmente, em que pese o respeitável e douto arrazoado Defesa Técnica, o pedido de revogação não se sustenta unicamente na primariedade técnica do réu. Isto porque a necessidade da prisão preventiva, no caso, não se faz unicamente porque, "prima facie", está afastada a situação que enseje a aplicação do art. 33, §4o, da lei de drogas ao caso concreto. A necessidade da prisão cautelar justifica-se para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal eis que, do que se extrai do mandado de busca e apreensão que ensejou a prisão em flagrante, o caso representa uma parcela de investigação policial de grande monta. Lado outro, se os antecedentes do réu, a princípio, não retiram a primariedade técnica, certamente não depõem ao seu favor para concessão da liberdade provisória. Também não se pode descartar que o réu praticava, em tese, o armazenamento de drogas em sua residência, expondo criança em tenra idade aos entorpecentes, eis que armazenados em locais de fácil acesso (micro-ondas e geladeira, fls. 2). Assim, reputo existentes, neste momento, os pressupostos*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**11ª Câmara de Direito Criminal**

*cautelares autorizadores da prisão preventiva, sendo insuficientes para acautelamento do processo as outras medidas cautelares mais brandas. Por fim, a dificuldade financeira da família é certamente fator a ser considerado. Mas é certo que o filho do réu está amparado por sua genitora. Este fato, somado à viabilidade da família socorrer-se de benefícios previdenciários específicos para cobertura do risco de encarceramento de arrimo de família tornam inviável, unicamente por este motivo, a concessão da liberdade provisória. No mais, permanecem incólumes os fundamentos de fato e de direito que motivaram o decreto de prisão cautelar. Por todo exposto, NEGA-SE o pedido de revogação da prisão preventiva”.*

Logo, não se pode falar, no momento, em alteração do panorama probatório, hábil a descaracterizar a aparência do bom direito que embasa o decreto de prisão preventiva.

Ademais, em que pese os argumentos da nobre Defesa, não se verifica ter nos autos documentos hábeis a comprovar a atividade fixa do embargante, como exemplo: contrato de trabalho, contrato de prestação de serviço, comprovante de registro profissional, declaração de imposto de renda, recibos emitidos, entre outros. Apenas declaração, às fls. 19, na qual consta que o paciente presta serviços como "freelancer" junto à empresa "Birolo Film's", que por si só, não é suficiente, não comprova a contento.

Diante desse cenário, não há, portanto, que se falar em concessão de liberdade provisória, pois a prisão processual do paciente, *in casu*, ao menos por ora, desponta imprescindível.

No mais, é pertinente lembrar, ainda, que o *habeas corpus*, dado seu rito especial e sumaríssimo, não constitui a via adequada para o enfrentamento de temas relacionados ao mérito da ação penal, mesmo porque demandam exame



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**11ª Câmara de Direito Criminal**

minucioso de fatos e provas, razão pela qual deverão ser apreciados no momento oportuno, após regular instrução criminal e manifestação das partes.

Por fim, "in casu" não restou efetivamente comprovado que o paciente seja o único responsável por cuidar, de fato, do filho menor de doze (12) anos.

Nesse sentido:

"(...) 7. Extensão dos efeitos do acórdão proferido nos autos do HC 143.641, com o estabelecimento das condicionantes trazidas neste precedente, nos arts. 318, III e VI, do CPP e na Resolução nº 62/2020 do CNJ. Possibilidade de substituição de prisão preventiva pela domiciliar aos pais (homens), desde que seja o único responsável pelos cuidados do menor de 12 (doze) anos ou de deficiente e não tenha cometido crime com grave violência ou ameaça ou, ainda, contra a sua prole. Substituição de prisão preventiva por domiciliar para outros responsáveis que sejam imprescindíveis aos cuidados do menor de 6 (seis) anos de idade ou deficiente". (**HABEAS CORPUS** nº 165.704/ DF- Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal – Relator Ministro Gilmar Mendes – J. 20.10.2020).

### **III – Conclusão**

Ante o exposto, vota-se pela denegação da ordem.

**EDISON TETSUZO NAMBA**

Relator.